



Universidade do Minho  
Instituto de Letras e Ciências Humanas



Centro de Ética, Política e Sociedade

## Ethos e Polis

# FEMINISMO E FILOSOFIA POLÍTICA

ALEXANDRA ABRANCHES\*

Em *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*, de 1792, a filósofa inglesa Mary Wollstonecraft escreve em defesa do igual estatuto moral e político das mulheres, insistindo no papel dos fatores sociais para a definição do masculino e do feminino e na participação da metade excluída da sociedade nos assuntos desta, que são também os seus assuntos. Desde então, o pensamento feminista tem discutido as condições para a concretização de uma sociedade justa, e os seus contributos incluem uma crítica da distinção entre o privado e o público e a explicitação do carácter estrutural da opressão das mulheres. O pensamento liberal tradicional considera que existe uma dicotomia entre o mundo público - da lei e do governo - e o mundo privado - do mercado, da religião e de outras associações da sociedade civil. Esta distinção esgotaria os termos em que devem ser pensadas a igualdade dos cidadãos e a liberdade dos indivíduos. O pensamento feminista tem chamado a atenção para o facto de existir uma outra distinção que esta obscurece: a distinção entre, por um lado, o Estado e a sociedade civil e, por outro, a esfera privada doméstica. Sob um hipotético contrato social que sustentaria as instituições públicas e a sociedade civil estaria um outro contrato, um contrato sexual, como lhe chama a filósofa inglesa Carol Pateman, garantindo a divisão do trabalho familiar que, libertando os homens, lhes permite abraçar a vida da política, do trabalho e dos negócios. A distinção tradicional entre público e privado seria, então, insuficiente para dar conta de um tipo específico de desigualdade e distribuição de poder na esfera privada com consequências na desigualdade e distribuição de poder na esfera pública. “O pessoal é político” é a frase que exprime sinteticamente a discriminação operada por esta distinção tradicional.

A crítica desta distinção entre público e privado revela o carácter estrutural da opressão histórica das mulheres nas sociedades humanas. Ser oprimido consiste em enfrentar, direta ou indiretamente, cons-

trangimentos e obstáculos materiais e psicológicos, como a violência, a privação económica, ou os estereótipos. Dadas as variadas forças que jogam na distribuição desigual de privilégios e desvantagens entre homens e mulheres, não basta que a lei considere discriminatório tratar as pessoas de modo diferente com base no sexo, a não ser que o sexo constitua uma diferença legítima para a decisão em causa. Isto porque é possível que as mulheres se encontrem em posição de desvantagem ainda que esse tipo de discriminação não ocorra. Quando um empregador define uma posição para a qual quer recrutar alguém, e contrata um homem porque ele preenche melhor os critérios definidos, não está a discriminar com base no sexo, mas a escolher, legítima e razoavelmente, o indivíduo mais adequado para aquilo que pretende. O problema está antes no facto de, dada a desigual distribuição do trabalho doméstico, as mulheres se encontrarem à partida em pior situação quando concorrem no mercado de trabalho. E assim, é compatível com a ausência de discriminação evidente em casos individuais uma discriminação sistemática que coloca as mulheres como grupo numa posição geral de desvantagem. Assim, mostrar a natureza complexa, e muitas vezes subtil, da discriminação, é necessário para formular medidas práticas adequadas para combatê-la. Uma das lições do filósofo escocês David Hume é que a filosofia deve ser útil e que à sua dimensão crítica deve estar aliada a sua relevância prática. Na medida em que o pensamento obscuro pode ser o refúgio daquilo a que chama “superstições populares” e esconder as mais variadas formas de opressão, a argumentação rigorosa e justa tem não apenas uma função teórica mas também política e moral, e contribui não apenas para o progresso na busca da verdade mas também da justiça. O pensamento feminista tem tido um papel fundamental no que respeita a esta dupla aspiração, teórica e prática, da filosofia.

\*Centro de Ética, Política e Sociedade  
da Universidade do Minho



Rubrica em colaboração com o Centro de Ética, Política e Sociedade da Universidade do Minho, que tem por principal objetivo criar diálogo com a comunidade. Poderá colocar qualquer questão nos domínios da teoria política e da ética aos seus investigadores através de [ceps@ilc.uminho.pt](mailto:ceps@ilc.uminho.pt).